



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIENCIAS DA SAÚDE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO EM SAÚDE
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO EM SAÚDE MODALIDADE A DISTÂNCIA

Equipe Nacional

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)
Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)
Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)
Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)
Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)
Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)
Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

Equipe da UFRB

Profa. Dra. Rosa Cândida Cordeiro (UFRB)
Prof. Dra. Maria da Conceição Costa Rivemales (UFRB)

1 APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão em Saúde, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

Tal programa nasce a partir da experiência piloto do curso de Administração, em 2006, que foi supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além desse bacharelado, o PNAP é composto de três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso da especialização de Gestão em Saúde, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Maria Aparecida da Silva (UFAL), Dario de Oliveira Lima Filho (UFMS), Silvar Ribeiro (UNEB), Anderson Castanha (UFJF) e Marcos Tanure Sanabio (UFJF).

Nesse contexto, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o

processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento em Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública, com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos (PPC); o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017 foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil. Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio

(UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que participaram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira Coordenador

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

a) Nome do Curso:

Curso de Especialização em Gestão em Saúde

b) Proponente:

Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, área de Saúde coletiva.

c) Coordenadora do curso:

Profa. Dra. Rosa Cândida Cordeiro

d) Código de área:

4. 06.00.00.9 Saúde Coletiva

e) Público-alvo:

Profissionais da saúde e áreas afins que atuam ou queiram atuar na gestão de serviços de saúde.

f) Número de vagas:

Serão ofertadas conforme editais públicos ou outros meios de financiamento disponíveis quando da abertura das vagas.

g) Formas de ingresso:

Através de edital de seleção.

h) Duração do curso: Tempo mínimo e máximo

O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses e máximo de 24 meses.

i) Carga horária:

O curso tem uma carga horária total de 466 horas, distribuídas entre o módulo básico e o módulo específico.

j) Modalidade de oferta

Curso será ofertado na modalidade a distância (EAD)

m) Periodicidade de oferta:

Eventual

n) Previsão para início das atividades:

O curso é temporário de acordo com autorização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para ofertas de cursos indicados pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) com previsão para 2020.2.

2 INTRODUÇÃO

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar as ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização de Gestão em Saúde e de outras especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão em Saúde vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera municipal, regional e nacional, tendo como foco a importância de qualificar a assistência prestada aos usuários do SUS.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia oferece o Curso de Especialização de Gestão em Saúde no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);

*Portaria MEC Nº865 /2013 que dispõe sobre o credenciamento da UFRB para oferta de cursos superior na modalidade a distância;

*Resolução CONAC /UFRB Nº 40/2011Dispõe sobre a aprovação da criação do Núcleo de Educação a Distância da UFRB;

*Instrução Normativa PPGCO 04/2017 apresenta subsídios à elaboração de Editais de Seleção de estudantes, regulares e especiais no âmbito dos Cursos e Programas de Pós-graduação da UFRB e revoga a nota técnica PPGCI nº 02/2015.

3 JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, por isso, encontram

dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal. Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. No entanto, o Poder Público Municipal deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da administração pública no setor de saúde.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional

de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estaduais e municipais.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, Estados e Municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação da política pública de saúde no país.

4 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: OBJETIVOS

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;

II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;

III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;

IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA CAPES

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância, a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

Em 2019 a região Nordeste possuía 295 pólos da UAB ocupando uma posição de destaque.

7 INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

A Superintendência de Educação Aberta e a Distância (SEAD) é um órgão vinculado à Reitoria da Universidade Federal do Recôncavo

da Bahia (UFRB). Localizada no *campus* de Cruz Almas, tem como objetivo fomentar políticas de Educação a Distância e o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação no âmbito da Universidade.

Além de desenvolver e ampliar as formas de comunicação a distância por meio de dispositivos interativos de videoconferência, aulas, simpósios, seminários, entre outros, a SEAD estabelece parcerias com outras instituições de ensino no país e no exterior.

Temos como prioridade:

Missão da SEAD – Atuar como referência de qualidade na articulação e oferta de cursos a distância e Tecnologia Digitais da Informação e Comunicação - TDIC.

Visão da SEAD – Consolidar a educação a distância da UFRB como modalidade de ensino de qualidade no Estado da Bahia.

Os valores da SEAD cultivados são: (a) que o discente constitui seu valor essencial, e, nesta condição, tem o direito de participar do seu próprio processo de aprendizagem, constituindo-se no foco da dedicação dos docentes, servidores técnicos administrativos e dirigentes; (b) que os relacionamentos acadêmicos e de gestão primem pela humanização e pela transparência, envolvendo permanentemente a participação, solidariedade, cooperação, integração, compartilhamento e da responsabilidade; (c) que o respeito à dignidade humana se expressa pelo direito contínuo das pessoas e da coletividade em suas múltiplas potencialidades, a pluralidade de idéias e a diversidade.

A Superintendência de Educação Aberta e a Distância - SEAD, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1015/2013 de 28/11/2013, considerando ainda a Portaria nº 865/2013 de 12 de setembro de 2013 que credencia pelo prazo de 5 (cinco) anos a UFRB para oferta de cursos superiores na modalidade a distância aprovados no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB/CAPES; e a Resolução nº 08, de 30/04/2010, do Fundo Nacional de Desenvolvimento

da Educação (FNDE) realizou no ano de 2017 o primeiro processo seletivo para alunos ingressarem no Curso de Especialização Gestão em Saúde.

O curso de Especialização de Gestão em Saúde a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial.

Polo UAB de Rio Real

Polo UAB de Jequié

Polo UAB de Sapeaçu

Polo UAB de Conceição Do Coité

Polo UAB de Seabra

Polo UAB de Ipirá

Polo UAB de Simões Filho

Polo UAB de Amargosa

Polo UAB de Remanso

8 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A UFRB foi criada pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 01 de agosto de 2005, tendo se originado do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Apresenta estrutura multicampi, oferece cursos de diferentes áreas do conhecimento nos diversos centros acadêmicos localizados em importantes cidades da região do Recôncavo Baiano e do Portal do Sertão.

Tem-se o campus de Cruz das Almas, constituído pelo Centro de Ciências Agrárias, Biológicas e Ambientais, e pelo Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas; campus de Cachoeira, constituído pelo Centro de Artes, Humanidades e Letras; campus de Santo Antônio de Jesus, constituído pelo Centro de Ciências da Saúde; campus de Amargosa, constituído pelo Centro de Formação de Professores; campus de Santo Amaro, constituído pelo Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas e, em Feira de Santana, o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade.

O Curso de Especialização de Gestão em Saúde está situado no município de Santo Antônio de Jesus/BA, no qual foi implantando o CCS da UFRB. A UFRB possui cerca de 11 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 3 cursos *lato sensu*.

8.1 Missão

A UFRB tem por missão: exercer de forma integrada e com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vistas à promoção do desenvolvimento das ciências, letras e artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística e valorização das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico.

8.2 Princípios e valores

A UFRB é constituída em um modelo *multicampi* que tem como objetivo principal explorar o potencial socioambiental de cada espaço do Recôncavo, bem como servir de polo integrador, tendo como base de sustentação os seguintes princípios:

- Cooperação com o desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico, cultural e artístico do Estado e do País e compromisso com o desenvolvimento regional;
- Criação de marcos de reconhecimento social, oriundos dos serviços especiais prestados no atendimento da população;
- Gestão participativa;
- Uso de novas tecnologias de comunicação e de informação;
- Equidade nas relações entre os *campi*;
- Desenvolvimento de um ambiente capaz de viabilizar a educação a distância;
- Processo de avaliação institucional permanente;
- Adoção de políticas afirmativas de inclusão social.

8.3 Finalidades

I - gerar e disseminar conhecimentos nos campos das ciências, da cultura e das tecnologias;

II - formar, diplomar e propiciar a formação continuada nas diferentes áreas de conhecimento, visando o exercício de atividades profissionais e a participação no desenvolvimento da sociedade;

III - contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades;

IV - promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;

V - educar para o desenvolvimento sustentável;

VI - implementar e cultivar os princípios éticos na consecução de seus objetivos;

VII - manter amplo e diversificado intercâmbio de conhecimentos com a sociedade; e

VIII - contribuir para a melhoria do ensino em todos os níveis e modalidades, por meio de programas de formação inicial e continuada.

9 CONCEPÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO EM SAÚDE

No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o IPEA, indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências nos mercados urbano e fundiário; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

Assim, a formação e a qualificação de gestores em saúde tornaram-se imprescindíveis, uma vez que as atividades gerenciais nesse campo estão cada vez mais complexas. Neste sentido, vêm sendo desenvolvidas, ao longo do tempo, várias iniciativas para capacitação e qualificação de profissionais interessados em atuar nessa área.

Nesse sentido, no ano de 2016 foi ofertado a primeira turma do curso de especialização gestão em saúde na UFRB por meio do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), estabelecido pelo Ministério da Educação em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com ingresso de 350 alunos divididos em sete polos presenciais.

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;

II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;

III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão pública, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e

▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização de Gestão em Saúde está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto da gestão pública em saúde à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais e visando o desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 Objetivo geral

Contribuir para a qualificação de profissionais de nível superior na gestão de serviços públicos de saúde.

9.2.2 Objetivos específicos

- Fornecer subsídios para a atuação nos serviços de saúde que resulte na melhoria da qualidade do cuidado prestada ao usuário;
- Habilitar para análise e intervenção no processo de trabalho em saúde;
- Capacitar para o reconhecimento das metodologias de planejamento e organização dos serviços de saúde nos três níveis de decisão;
- Compreender os fundamentos e a dinâmica de formulação e execução das diretrizes do SUS;
- Reconhecer os diferentes sistemas de vigilância em saúde;
- Fornecer subsídios para a organização dos sistemas logísticos em saúde.

9.3 Organização curricular

O curso estrutura-se em módulo básico, composto por disciplinas comuns a todas as especializações pertencentes ao PNAP relacionadas à administração pública em geral e ambiente da EAD, e módulo específico composto por disciplinas com os temas principais

da gestão em saúde. Todas as disciplinas do modulo básico e do módulo específico são obrigatórias.

9.3.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 36 horas, perfazendo um total de 216 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.	Docente responsável
1	Introdução a Modalidade EAD	36	Profª. Drº Eniel do Espirito Santo
2	Política e Sociedade	36	Profº. Drº Josele de Farias Rodrigues Santa Bárbara
3	Políticas públicas	36	Profº. Drº Willian Tito Maia Santos
4	Gestão Pública	36	Profº. Drº Djanilson Barbosa dos Santos
5	Metodologia da Pesquisa	36	Profª Dra Maria da Conceição Costa Rivemales
6	TCC	36	Profª Dra Maria da Conceição Costa Rivemales
-	TOTAL DE HORAS/MODULO BÁSICO	216	

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e questões da atuação do Estado e da administração pública da saúde.

9.3.2 Módulo Específico

Ord.	Disciplina	Carga Horária	Docente responsável
1	Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	36	Profº Paulo Roberto Falcão do Vale
2	Organização e Funcionamento do SUS	53	Profº Dr. Marcus

			Fernando da Silva Praxedes
3	Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	53	Profª. Dra. Rosa Cândida Cordeiro
4	Gestão da Vigilância à Saúde	36	Profª Dra. Suely Pinto Teixeira
5	Gestão Logística em Saúde	36	Profª Manuelle Carvalho Cardozo
6	Gestão do Trabalho em Saúde	36	Profª Dra. Paloma de Souza Pinho
-	TOTAL DE HORAS/AULA	250	

9.3.3 Quadro resumo da estrutura curricular

1º SEMESTRE

Componente Curricular	Crédito	Natureza (Obrigatória/Optativa)
Introdução a Modalidade EaD	36	Obrigatória
Política e Sociedade	36	Obrigatória
Políticas públicas	36	Obrigatória
Gestão Pública	36	Obrigatória
Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	36	Obrigatória

2º SEMESTRE

Componente Curricular	Crédito	Natureza (Obrigatória/Optativa)
Organização e Funcionamento do SUS	53	Obrigatória
Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	53	Obrigatória
Gestão da Vigilância à Saúde	36	Obrigatória
Metodologia da Pesquisa	36	Obrigatória

3º SEMESTRE

Componente Curricular	Crédito	Natureza (Obrigatória/Optativa)
Gestão Logística em Saúde	36	Obrigatória
Gestão do Trabalho em Saúde	36	Obrigatória
Trabalho de Conclusão do Curso	36	Obrigatória

9.3.4 Ementário

DISCIPLINA 1 – INTRODUÇÃO A EAD – 36h

EMENTA

Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.

HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância. Fortaleza: RDS Editora, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação. Salvador: UNEB/EAD, 2010. SIEBRA, Sandra de Albuquerque;

MACHIARELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

DISCIPLINA 2 – POLÍTICA E SOCIEDADE – 36H

EMENTA

Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo. Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

DISCIPLINA 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014.

Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>.

Acesso em: 02 ago. 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

DISCIPLINA 4 – GESTÃO PÚBLICA

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração pública: Coletânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

DISCIPLINA 5 – METODOLOGIA DA PESQUISA

EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p,.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DISCIPLINA 6 – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

EMENTA

Implementação dos procedimentos e das etapas nos processos de elaboração de trabalho de pesquisa: técnicas de coleta, análise e interpretação de dados. Construção e entrega de relatório parcial do Trabalho de Conclusão de Curso e apresentação do mesmo para a banca examinadora.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ECO, U. Como se faz uma tese. 10 ed . São Paulo: Perspectiva, 1993.

GALLIANO, G. O Método científico: Teoria e Prática. São Paulo: Harbra, 1986.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU 1986.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde, 2ª ed. São Paulo: HUCITEC - ABRACO, 1993.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BECKER, F.; FARINA, S.; SCHEID, U. Apresentação de trabalhos escolares. 12 ed. Porto Alegre: Multilivro, 1992.

BAPTISTA, M. N., & CAMPOS, D. C. Metodologias de Pesquisa em Ciência: análises quantitativa e qualitativa. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC 2007.

FANCHIN, O. Fundamentos de Metodologia. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3 ed. São Paulo, HUCITEC, 1994.

POLIT, D. F., BECK, C. T., & HUNGLER, B. P. Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: métodos avaliação e utilização. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ALKIN, N. Exploring research. 3 ed. Upper Saddle: New Jersey, 1997.

VICTORA, C.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. N. A. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. São Paulo: Tomo Editorial, 2000.

DISCIPLINA 7 – POLÍTICAS DE SAÚDE: FUNDAMENTOS E DIRETRIZES DO SUS

EMENTA

Antecedentes do SUS: breve trajetória; Configuração Legal e Técnica do SUS; Anos de 1990 e a Implantação do SUS: desafios e inovações; SUS e perspectivas para o futuro. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). **Sistema Único de Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: <http://www.conass.org.br>. Acesso em: 30 jun. 2009.

GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de. (orgs.). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. 2. ed. Editora Fiocruz, 2012. 1112p. Disponível em: <http://facige.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2013/05/politicasistemasdesaude.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. **Políticas Sociais e de Saúde**. Rio de Janeiro: Ed. CEBES, 2012. 73 p. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2015/02/4Pol%C3%ADticas-Sociais-e-de-Sa%C3%BAde.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários (CONASS). **O Financiamento da Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: <http://www.conass.org.br>. Acesso em: 30 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Mais Saúde: direito de todos: 2008 – 2011**. Brasília: MS, 2008. 106 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde: inovações e limites. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. especial, p. 123-132, 2007.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza *et al.* (orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. (Parte IV, Política, Gestão e Atenção em Saúde). São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

PAIM, Jairnilson Silva. **Saúde, política e reforma sanitária**. CEPS Centro de Estudos e Projetos em Saúde. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva-ISC. 2002.

DISCIPLINA 8 – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SUS

EMENTA

Instrumentos de planejamento do SUS; Informações no Setor da Saúde; Níveis de Atenção à Saúde; Gestão Administrativa e Financeira; O público e o privado na saúde. Gestão Compartilhada; Redes de Atenção à Saúde. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). **A Gestão do SUS**: Para Entender a Gestão do SUS. Brasília: CONASS, 2015. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/A-GESTAO-DO-SUS.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

SANTOS, Isabela Soares; SANTOS, Maria Angelica Borges; BORGES, Danielle da Costa Leite. Mix público-privado no sistema de saúde brasileiro: realidade e futuro do SUS. *In*: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030**: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: estrutura do financiamento e do gasto setorial [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/MS/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. v. 4. pp. 73-131. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/z9374/pdf/noronha-9788581100180-04.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

GIOVANELLA, Lúgia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de. (orgs.). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. 2. ed. Editora Fiocruz, 2012. 1112p. Disponível em: <http://facige.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2013/05/politicasesistemasdesaude.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

PINEAULT, Raynald. **Compreendendo o sistema de saúde para uma melhor gestão**. Brasília: Catálogo pré-publicação da Biblioteca e Arquivos nacionais do Quebec e Biblioteca e Arquivos do Canadá, 2016. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/LEIASS-2.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

OUPERNEY, Assis Mafort; NORONHA, José Carvalho de. Modelos de organização e gestão da atenção à saúde: redes locais, regionais e nacionais. **In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde [online]**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. v. 3. pp. 143-182. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/98kfw/pdf/noronha-9788581100173-06.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Sistema Único de Saúde** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011. 291 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 1). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_1.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

PAIM, Jairnilson Silva; TEIXEIRA, Carmen Fontes. Configuração institucional e gestão do Sistema Único de Saúde: problemas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12(Sup), p. 1819-1829,

2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12s0/05.pdf>. Acesso em 15 maio 2018.

IBAÑEZ, Nelson; VECINA NETO, Gonzalo. Modelos de gestão e o SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, suppl. 0, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12s0/06.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Griffoni; GOMES, Maria Helena de Andréa. (orgs.). **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. 444 p. ISBN 85-7541-025-3. Parte VI - Relação público e privado no setor saúde Relação público e privado no setor saúde: tendências e perspectivas na década de 90. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/d5t55/pdf/goldenberg-9788575412510-19.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

DISCIPLINA 9 – GESTÃO DOS SISTEMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE

EMENTA

Sistemas de Saúde e Organização de Serviços; Organização de Redes de Atenção à Saúde; Planejamento e Programação em Saúde; Diagnóstico de Situação em Sistemas Locais; Identificação de Problemas e Definição de Estratégias de Intervenção. Avaliação em Saúde. Estudos de casos aplicados

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **A atenção à saúde coordenada pela APS: construindo as redes de atenção no SUS: contribuições para o debate**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 113 p. p. 11-33. Disponível em: <http://www.telessaude.mt.gov.br/Arquivo/Download/2056>. Acesso em: 15 maio 2018.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As Redes de Atenção à Saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p. Disponível em: <http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/redesAtencao.pdf>.

Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **IDSUS - Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde**. (Texto Base). Brasília: MEC, 13 de março de 2014. Disponível em: <http://idsus.saude.gov.br/documentos.html>. Acesso em: 15 maio 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de planejamento no SUS**. Fundação Oswaldo Cruz. 1. ed. Brasília: MS, 2016. 138 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/articulacao_interfederativa_v4_manual_planejamento_atual.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Saúde nas Américas. *In*: Capítulo 5. Sistemas de Saúde e Proteção Social na Saúde. Edição 2012: Volume Regional. Brasília. Disponível em: https://www.paho.org/salud-en-las-americas-2012/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=sna-2012-volume-regional-29&alias=253-capitulo-5-sistemas-saude-e-protecao-social-na-saude-253&Itemid=231&lang=en. Acesso em: 15 maio 2018.

REIS, Afonso Teixeira; OLIVEIRA, Paulo de Tarso Ribeiro; SELLERA, Paulo Eduardo. Sistema de Avaliação para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS). **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, Sup., ago. 2012. Disponível em: <http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewFile/543/1185>. Acesso em: 15 maio 2018.

PAIM, Jairnilson Silva.; TRAVASSOS, Claudia, ALMEIDA, Celia; BAHIA, Lígia; MACINKO, James. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **The Lancet**, v. 6736, n. 11, p. 60054-8, 2011. doi:10.1016/S0140- Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/>

arquivo/925_brazil1.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

HARTZ, Zulmira Maria de Araújo (org.). **Avaliação em Saúde**: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 132 p. ISBN 85-85676- 36-1. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/3zcf/pdf/hartz-8585676361.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

DISCIPLINA 10 – GESTÃO DA VIGILÂNCIA À SAÚDE

EMENTA

Vigilâncias no campo da saúde: definições, relação com a promoção da saúde e processo de trabalho. Sistemas Nacionais de Vigilância. Desafios e perspectivas: cuidado em saúde e qualidade de vida. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). **Vigilância em saúde**: Parte I. A Coleção Para Entender a Gestão do SUS. ed. atual. Brasília: CONASS, 2015. Disponível em: www.conass.org.br/biblioteca. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). **Vigilância em saúde**: Parte II. A Coleção Para Entender a Gestão do SUS. ed. atual. Brasília: CONASS, 2015. Disponível em: www.conass.org.br/biblioteca. Acesso em: 15 maio 2018.

OLIVEIRA, Cátia Martins de; CRUZ, Marly Marques. Sistema de Vigilância em Saúde no Brasil: avanços e desafios. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 255-267, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00255.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARREAZA, Antonio Luis Vicente; MORAES, José Cássio de. Vigilância da saúde: fundamentos, interfaces e tendências. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 2215-2228, jul. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000400036&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2018.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos. Vigilância em saúde ambiental no Brasil: heranças e desafios. **Saúde soc.**, v. 26, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017170093>. Acesso em: 15 maio 2018.

BEZERRA, Luciana Caroline Albuquerque; FREESE, Eduardo; FRIAS, Paulo Germano de; SAMICO, Isabella; ALMEIDA, Cínthia Kalyne Alves de. A vigilância epidemiológica no âmbito municipal: avaliação do grau de implantação das ações. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 827-839, abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2009.v25n4/827-839/pt>. Acesso em: 15 maio 2018.

CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de. (orgs.). **A vigilância da saúde para a promoção da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 141-159.

FREITAS, Carlos Machado de; PORTO, Marcelo Firpo. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

DISCIPLINA 11 – GESTÃO LOGÍSTICA EM SAÚDE

EMENTA

Gestão de materiais e insumos: logística de abastecimento. Gestão de medicamentos: ciclo da assistência farmacêutica. Manutenção e gerenciamento de ambientes hospitalares. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

NETO, Gonzalo Vecina; FILHO, Wilson Reinhart. **Gestão de Recursos Materiais e de Medicamentos**. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis Ltda, 1998. v. 12. Série Saúde & Cidadania. Disponível em <http://andromeda.ensp.fiocruz.br/visa/files/Volume12.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

MATHIAS, Rafael Vieira; AZEVEDO, Beatriz Marcondes de; CAMPOS, Fred Leite Siqueira. Logística nos serviços da saúde: conceitos, definições e desafios. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO: Perspectivas Globais para a Engenharia de Produção, XXXV, 2015. Anais [...].* Fortaleza, 2015. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_206_222_27865.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

INFANTE, Maria; SANTOS, Maria Angélica Borges dos. A organização do abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística para a área de saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 945-954, jul./ago. 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Aquisição de medicamentos para assistência farmacêutica no SUS: orientações básicas**. Brasília: DAF/SCTIE/MS, 2006. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/judicializacao/pdfs/284.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

CARVALHO, José Crespo de; RAMOS, Tânia. **Logística na Saúde**. 3. ed. Lisboa: Sílabo, 2016. Disponível em: http://www.silabo.pt/Conteudos/8445_PDF.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

CUNHA, Fernando Lopes de Souza da. A aplicação da aliança logística: estudo de caso em hospitais da Universidade Federal do

Ceará. **Revista Ciência e Administração**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 132-151, dez. 2003.

COELHO, Eugênio Pacceli de Freitas. **Logística de dispensação na rede de saúde pública**. In: CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA, III, Natal, RN, Brasil, 2010. Disponível em: http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_III_congresso_consad/painel_8/logistica_de_dispensacao_na_rede_de_saude_publica.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **SILOS: Sistema de Logística em Saúde: guia do usuário**. Brasília: MS, 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/silos_sistema_logistica_saude_usuario.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

DISCIPLINA 12 – GESTÃO DO TRABALHO EM SAÚDE

EMENTA

Especificidades do trabalho em saúde. Micropolítica do processo de trabalho. Educação permanente. Ética em serviços de saúde. Liderança, negociação, resolução de conflitos e comunicação. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FRANCO, Tulio Batista; MERHY, Emerson Elias. **Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde: textos reunidos**. São Paulo: Hucitec, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Emerson_Merhy/publication/281632632_Livro-Trabalho-e-Producao_do_Cuidado_em_Saude-2013MERHYFRANCO/links/55f15ef908ae199d47c24ec4/Livro-Trabalho-e-Producao-do-Cuidado-em-Saude-2013MERHYFRANCO.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

FARIA, Horácio Pereira de; WERNECK, Marcos A. Furquim; SANTOS, Max André dos; TEIXEIRA, Paulo Fleury. **Processo de trabalho em saúde**. NESCON/UFMG – Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família. 2. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2009. 68p.

SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes. Trabalho em saúde: as (re)configurações do processo de desregulamentação do trabalho. *In*: DAVI, Jordeana; MARTINIANO, Claudia; PATRIOTA, Lucia Maria (orgs.). **Seguridade social e saúde**: tendências e desafios [online]. 2. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 147-174.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GIL, Célia Regina Rodrigues; LUIZ, Isaías Cantóia; GIL, Maria Cristina Rodrigues. **Gestão pública em saúde**: o processo de trabalho na gestão do SUS. São Luís: EDUFMA, 2016. 46 p. Disponível em: http://www.unasus.ufma.br/site/files/livros_isbn/isbn_gp02.pdf.

Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011. 120 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 9). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_9.pdf.

Acesso em: 15 maio 2018.

DUSSAULT, Gilles. A Gestão dos Serviços Públicos de Saúde: características e exigências. **Rev. Administração Pública**, FGV, abr./jun.1992.

MACHADO, Maria Helena; MOYSÉS, Neuza Maria Nogueira; PAIVA, Francisca Fernandes; TAVEIRA, Zaira Zambelli; OLIVEIRA, Eliane dos Santos de (orgs.). **Manual Instrucional do Curso de Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2011. 64 p. Disponível em:

[http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/manual_instrucional_gtes_final\(01\).pdf](http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/manual_instrucional_gtes_final(01).pdf). Acesso em: 15 maio 2018.

CASTRO, Janete Lima de; VILAR, Rosana Lúcia Alves de; LIBERALINO, Francisca Nazaré (orgs.). **Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**. Natal: EDUFRRN, 2012. 271 p.

10 ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA

O Curso de Especialização em Gestão em Saúde a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da Ipes, ou a projetos de pesquisa;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

10.1 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores, coordenador, professor/pesquisador e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

Coordenador e suplente da UAB na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Professor/pesquisador – professor ou pesquisador que atua nas atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e pesquisa, relacionados ao curso da UAB;

Tutor presencial – portador de diploma de curso de Graduação ou Pós Graduação, devidamente registrado, que configure a formação na área da disciplina em que pleiteia a atuação, conforme quadro de distribuição de vagas com experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação e que preferencialmente resida no município sede ou proximidades do pólo.

Tutor a distância – portador de diploma de curso de Graduação ou Pós Graduação, devidamente registrado, que configure a formação na área da disciplina em que pleiteia a atuação, conforme quadro de distribuição de vagas com experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação.

Coordenador de pólo - professor da rede pública, em efetivo exercício a mais de 3 (três) anos em magistério, que será responsável pela coordenação do pólo de apoio presencial.

10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

A capacitação da equipe multidisciplinar ocorrerá com a realização dos seguintes cursos:

- I. Produção dos Materiais Didáticos – prevendo a elaboração do material, revisão, reprodução distribuição e emissão dos certificados.
- II. Formação de Tutores – Capacitação em EAD

- III. Formação em Gestão de Educação a Distância – Curso para pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais dos Cursos da UAB. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material autoinstrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do curso.
- IV. Formação de pessoal Técnico/Administrativo – Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado.

10.3 Docentes que participam da gestão do curso

Participam da gestão do curso docentes do Centro de Ciências da Saúde da UFRB, lotados na área de saúde coletiva e com formação de doutor.

11 INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e a organização do material didático apropriado à modalidade;

- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema, que dá suporte à ação educativa, preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na Ipes e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a (Ipes).

Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão em Saúde encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

11.1 Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão em Saúde, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse

sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-

pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação é oportunizada pela SEAD/UFRB antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, são utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;

- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*; e
- (Espaço para texto da Ipes – outros recursos).

11.2 Encontros presenciais

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

Serão realizados 02 (dois) encontros presenciais durante o curso, com carga horária de 08 horas cada, um no início e outro no término do curso, divididos em quatro módulos de presença, cada um representando 25% do total de participação presencial do curso, com o objetivo de discussão de casos clínicos, apresentações sobre metodologia científica e orientação para a preparação do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Os encontros ocorrerão nos pólos presenciais, respectivo a cada aluno. As datas dos encontros serão divulgadas previamente.

12 DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública e especificamente da gestão em saúde.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, desenvolvemos métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro

de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão em Saúde.

Será desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

12.1 Avaliação institucional

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004, destacou a avaliação institucional como um processo permanente, planejado, conduzido e realizado de modo a transformar resultados em subsídios capazes de promover mudanças. Entre os instrumentos de avaliação, a UFRB realiza semestralmente uma avaliação interna com todos os alunos, professores e coordenadores. A partir dos resultados obtidos, disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o gestor poderá preparar quadro, gráfico e tabela que permita avaliar o desempenho dos professores, à avaliação das disciplinas ministrada no curso e do recurso de infraestrutura – inclusive acervo bibliográfico.

No desenvolvimento do processo de autoavaliação cabe, portanto, aos coordenador:

- a) Sensibilizar aluno e professor;
- b) Divulgar e discutir os resultados alcançados na avaliação interna;
- c) Analisar o resultado da avaliação de cada docente e discutir com o mesmo o projeto de superação, quando couber;
- d) Analisar com o Colegiado os resultados da avaliação do Curso;
- e) Propor e implementar ações de melhoria;

- f) Divulgar as ações decorrentes da avaliação.

Assim, tanto a discussão do resultado alcançado no Curso a partir das metas e objetivos por eles definidos, quanto dos resultados obtidos nas avaliações interna e externa servem de subsídio para a implementação de políticas públicas

12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Gestão em Saúde tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores-tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados:

- Fóruns de discussão

- Wiki
- Textos
- Questionários com questões relacionadas ao conteúdo trabalhado
- Trabalho de Conclusão do Curso

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

12.3 Processo de Avaliação de aprendizagem

São processos que, na EAD, não há como serem separados, pois a avaliação é realizada pelo sujeito que acompanha e orienta o estudante em seu estudo e aprendizagem.

O orientador deve participar da discussão, com os professores responsáveis pelas disciplinas, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem e dos Seminários Temáticos.

No desenvolvimento do curso, o orientador é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno sob sua orientação. Além disso, o orientador deve estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de autoaprendizagem.

O orientador, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo "distância", deve estar permanentemente em contato com o aluno, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o

percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Cabe a cada IPES, a partir de suas diretrizes, organizar o processo de orientação dos alunos.

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir idéias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático do curso de Gestão em Saúde, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de

Gestão em Saúde e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas pela RESOLUÇÃO Nº 10/2008 que estabelece o regulamento geral para os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

O estudante será avaliado em situações distintas:

- durante a oferta das disciplinas com a participação em fóruns de discussão, questionários com questões relacionadas ao conteúdo trabalhado e outras mais que forem propostas pelo docente responsável.

- nos encontros presenciais para o desenvolvimento do TCC a ser entregue no final do curso, em que será acompanhado sob a orientação de um professor designado pela coordenação e avaliado por uma banca examinadora.

O TCC consiste em um trabalho de conclusão de curso que deve ser desenvolvido individualmente, sob orientação de um professor designado pela coordenação do curso.

O trabalho será avaliado pelo orientador e por um membro parecerista também designado pela coordenação do curso. A nota final consistirá na média das notas atribuídas por cada avaliador.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

13 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: telefone, *chat*, web conferência etc.).

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados: fóruns, *e-mails* etc.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

11 CORPO DOCENTE

O corpo docente é formado por professores com titulação de mestrado e doutorado.

Nº	Docente	Titulação	Lattes
	Carolina Gusmão Magalhães	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/3303183194939389
	Claudia Feio de Maia Lima	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/1349476596214207
	Djanilson Barbosa dos Santos	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/0519035993549253
	Elaine Andrade Leal Silva	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/5746200356962957
	Elisabete de Jesus Pinto	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/7161855886646052
	Fabiana Lopes de Paula	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/2411652358475212
	Flavia C. dos Santos Henrique	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/5822712016801852
	Hermes Pedreira da Silva Filho	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/3189410807680898
	Jeane Saskya Campos Tavares	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/7977356361994024
	Josele de Farias Rodrigues Santa Bárbara	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/2137010159747708
	Livia Milena Barbosa de Deus e Melo	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/3428808238743736
	Maria da Conceição Costa Rivemales	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/5493326633335632
	Michelli Dantas Soares	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/2029782805801493
	Paloma de Souza Pinho Freitas	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/1176381358861499

	Rosa Cândida Cordeiro	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/2902915825706262
	Suely Pinto Teixeira de Morais	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/1194227483637744
	Willian Tito Maia Santos	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/3774340689259849
	Paulo Roberto Falcão do Vale	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/5398074306220681
	Marcus Fernando da Silva Praxedes	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/5235446913906852
	Eniel do Espirito Santo	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/6413416664003950
	Manuelle Carvalho Cardozo	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/0894192407812162

12 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

O orçamento do curso está sob a égide e gerência da CAPES/Universidade Aberta e UFRB sendo todo o custo de recursos humanos e materiais conforme pressupostos da União. O curso não demanda ônus para o aluno e respalda a UFRB na medida que oportuniza o cumprimento da sua proposta, através de ofertas que promovam a inclusão de demandas que fortaleçam a potencialização das práticas profissionais em serviço.

13 RECURSOS FINANCEIROS

Valores para atender as necessidades do Curso de Especialização em Gestão da Saúde – EaD da UFRB/CCS para atender aos 150 alunos, aos 6 tutores, aos professores durante os 18 meses de duração da 2ª turma aprovada pelo Edital 05/2018 da CAPES.

O valor geral tem como cálculo a quantidade de alunos (150) multiplicado pelo valor anual do aluno (175,00*) multiplicado pelo fator multiplicador (0,7).

Ord	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total R\$
1	Estagiário (1)	18	764,00	13.752,00
2	Diárias tutores e professores	26 diárias	177,00	4.623,00
TOTAL GERAL				18.375,00

*Este valor foi atualizado pelo Ofício Circular nº 1/2020-CGFO/DED/CAPEs.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública - RAP**, vol. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

BANCO MUNDIAL. Brasil: elementos de uma estratégia de cidades. Document of the World Bank. **Relatório nº 35.749-BR**. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em:
<<http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2008.

BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração Pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.

COSTA, Marisa V. Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo: uma conversa introdutória. In: COSTA, Marisa V. (Org.). **Escola básica na virada do século**: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura 2006**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública – RAP**, vol. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, vol. 20, 2001. Disponível em:
<http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2008.

PRETI, Oreste. (Org.) **Educação a Distância**: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD/IE, UFMT, 1996.

Emitido em 04/05/2020

PROJETO DE CURSO Nº 2/2020 - COLEGSAU (11.01.23.20)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/05/2020 15:14)
ROSA CANDIDA CORDEIRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
1289019

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sistemas.ufrb.edu.br/documentos/> informando seu número: **2**, ano: **2020**, tipo: **PROJETO DE CURSO**, data de emissão: **04/05/2020** e o código de verificação: **594c78e60c**